

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Elaboração e Prazos de Entrega da LDO

Na elaboração da LDO, o município deverá observar e elaborar quadros com as seguintes especificações e informações:

- Dispor sobre as alterações da legislação tributária que a Administração Pública venha a promover.
- Conter a autorização para a criação de cargos, empregos, funções, concessão de vantagens, concessão de aumento salarial, alteração de estrutura de carreira dos servidores públicos da Administração Municipal e sob a admissão de pessoal a qualquer título que a Administração Pública queira executar para o exercício subsequente.
- Dispor sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas orçamentárias, quanto aos critérios de limitação de empenhos, aos controles de custos da Administração, quanto a avaliação dos resultados dos programas definidos no PPAG e as condições na qual a Administração poderá transferir recursos financeiros a entidades públicas e privadas.
- Integrar o Anexo de Metas Fiscais para os 03 anos seguintes, as informações compreendendo: receitas e despesas, resultado nominal e primário, montante da dívida pública, avaliação do cumprimento de metas do ano anterior, memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas, evolução do patrimônio líquido, origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos, avaliação da situação financeira e atuarial, estimativa e compensação da renúncia de receita, margem de expansão das despesas de caráter continuadas, riscos fiscais.
- Conter a definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência;
- Dispor sobre programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.
- Definir os incentivos ou benefícios tributários (renúncia de receita).
- Definir os critérios de despesas irrelevantes para dispensa de estimativa de impacto-orçamentário e financeiro.
- Definir as situações em que poderá ser autorizada a realização de hora extra quando ultrapassado o limite prudencial com gastos de pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 01/00).
- Definir as prioridades para as obras em andamento, a conservação do patrimônio público e realização de novos projetos.
- Definir sobre a autorização para assumir despesas de custeio de competência de outros entes federativos.

A doutrina em geral, a exemplo do PPAG, entende que a LDO não trabalha com valores de receitas e despesas em níveis de detalhamento, mas tão somente com metas físicas e fiscais. No entanto, é importante que a LDO apresente valores para receitas e despesas em níveis de detalhamento, tendo em vista que:

- facilita a apresentação das metas fiscais com memória e metodologia de cálculo, como exige a LRF;
- a exigência legal de demonstrar a origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos;
- a exigência legal de estimativa e compensação da renúncia de receita;
- a exigência legal da demonstração da expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- facilita a definição das prioridades e metas para o exercício seguinte; e
- a estabilidade da moeda facilita os estudos de previsão de receitas e despesas.

E ainda compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício subsequente e servirá de base para orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pontos da Legislação

REFERÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

art. 165º, II.

- leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão as diretrizes orçamentárias.

art. 165, § 2º.

- compreenderá metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente;
- orientará a elaboração da LOA; e
- disporá sobre alteração da legislação tributária; e
- estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

art. 166, § 5º:

- o Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo propondo modificações na LDO, enquanto não iniciada a sua votação nas

comissões, nas partes cujas alteração é proposta.

art. 166º, § 4º.

- as emendas somente poderão ser aprovadas quando demonstrarem compatibilidade com o PPAG (diretrizes, objetivos e metas da administração);

art. 169º, § 1º, II.

- autorização para criação de cargos, empregos e funções;
- concessão de vantagens;
- concessão de aumento;
- alteração da estrutura de carreira; e
- admissão de pessoal a qualquer título.

art. 35, § 2º, II, ADCT. (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

- encaminhamento a Câmara Municipal - Poder Legislativo, até dia 15 de abril - Prazo fixado para a União. A Lei Orgânica do Município poderá fixar prazo diferente; e
- e devolvido para sansão até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

REFERÊNCIA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

art. 4º, I.

- deve dispor:
 - equilíbrio ente receita e despesa;
 - critérios e forma de limitação de empenho;
 - normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e
 - demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

art. 4º, §1º (multa de 30% dos vencimentos anuais, Lei 10.028, art. 5º, II).

- Integrará o projeto de LDO:
 - ANEXO DE METAS FISCAIS, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

art. 4º, §2º (multa de 30% dos vencimentos anuais, Lei 10.028, art. 5º, II).

- o Anexo conterá:
 - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
 - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo
 - que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios
 - anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
 - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - avaliação da situação financeira e atuarial;
 - dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
 - dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
 - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

art. 4º, §3º (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- o Anexo conterá:
 - que constarão de anexo próprio, denominado "ANEXO DE RISCOS FISCAIS", onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso de concretizem.

art. 4º, §4º.

- A mensagem que encaminhar a LDO apresentará:
 - em anexo específico, os objetivos das políticas monetárias, creditícias e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis; e
 - as metas da inflação, para o exercício subsequente.

art. 5º, III (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, V).

- definição cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO, destinada ao:
 - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos imprevistos.

art. 8º (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- estabelecerá a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso

art. 14 (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- Definição dos incentivos ou benefícios de natureza tributária - renúncia de receita.

art. 16, § 3º.

- Definição das despesas consideradas irrelevantes para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

art. 22, § único (reclusão de 1 a 4 anos, conforme Lei 10.028, art. 2º, 359D)

- Situações específicas em que poderá ser autorizada a realização de hora-extras quando ultrapassado o limite prudencial (95%).

art. 45 (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- Prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos.

art. 48, § único (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- Incentivo à participação popular e realização de audiência pública durante os processos de elaboração e discussão da LDO.

art. 62 (cassação de mandato, conforme Decreto Lei 201, art. 4º, VII).

- Definição da forma de cooperação para o custeio de despesas de competência de outros entes.

REFERÊNCIA NA LEI FEDERAL 4.320/64

art. 79: ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado, caberá o controle estabelecido no inciso III do art. 75, que é a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREO FEDERAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 6a Edição. Brasília: Secretaria do Tesouro Federal. Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Lei Complementar no 101. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de responsabilidade fiscal: as transgressões à lei de responsabilidade fiscal e correspondentes punições fiscais e penais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. (Biblioteca Digital). Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2642/1/As%20Transgress%C3%B5es%20%C3%A0%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal%20e%20Correspondentes%20Puni%C3%A7%C3%B5es_P.pdf. Acesso em: 13 jun. 2016.

MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 comentada**. 32a ed. Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. **Elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. (Lei de Responsabilidade Fiscal, Caderno 4). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_lrf/Cad-04.pdf. Acesso em: 13 jun. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei complementar nº. 101/2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2002.

VILLAÇA, Sérgio Paulo. **Elaboração do Plano Plurianual**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. (Lei de Responsabilidade Fiscal, Caderno 3). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001461.pdf. Acesso em: 13 jun. 2016.

WANDER, Luiz (Org.). **LRF fácil: guia contábil da Lei de Responsabilidade: agenda das principais obrigações**. 5a. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: <http://cfc.org.br/biblioteca/edicoes-do-cfc/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

WANDER, Luiz (Org.). **LRF fácil: guia contábil da Lei de Responsabilidade: aspectos gerais**. 5a. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: <http://cfc.org.br/biblioteca/edicoes-do-cfc/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

WANDER, Luiz (Org.). **LRF fácil: guia contábil da Lei de Responsabilidade: para aplicação nos municípios**. 5a. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: <http://cfc.org.br/biblioteca/edicoes-do-cfc/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Princípio da especialidade | Teixeira Fortes Advogados Associados. Disponível em: <http://www.fortes.adv.br/pt-br/termo/glossario/177/principio-da-especialidade.aspx>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Princípios Orçamentários. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/principios.html>. Acesso em: 13 jun. 2016.